



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2021

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS, submete à apreciação dos Acionistas, usuários e demais partes interessadas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Relatório Anual da Administração de 2021. O documento contém a prestação de contas da Administração, com ações e resultados alcançados.

A pandemia da COVID-19, iniciada em 2019, avançou no ciclo 2021, e os efeitos duradouros das restrições sanitárias impactaram o ambiente de negócios, levando a Companhia a buscar ações e soluções para adaptação à nova realidade, a qual visava a manutenção da qualidade e garantia dos serviços.

Iniciamos um novo ciclo de Planejamento Estratégico para nos reposicionar e manter nosso compromisso no exercício do papel de concessionário com excelência ante aos novos cenários que se descortinam na pós pandemia, especialmente nos ambientes econômico e regulatório, que passam por mudanças de formato, após a promulgação da Lei nº 14.134 de 2021, chamada nova Lei do Gás, que estabeleceu o novo marco legal.

Retomamos a implantação das nossas diretrizes de SMS, que formam o Sistema de Gestão Integrado, entendendo que a segurança e meio-ambiente e saúde são fundamentais para garantir o bom desempenho das nossas atividades e a preservação dos nossos ativos.

Todas as metas de topo, outrora previstas no Plano Orçamentário, foram alcançadas com desempenho acima dos projetados em: investimento previsto, margem orçada e lucro operacional. Este se destacou com a realização de 689% acima do orçado, consequência de esforço conjunto e diligência de Funcionários e da Administração.

Finalmente queremos renovar o compromisso com todas as partes relacionadas em buscar as melhores decisões, visando gerar valor e cumprir o papel concessionário da Companhia na universalização do serviço de distribuição de gás canalizado.

Em fevereiro de 2022,
Diretoria Executiva da PBGÁS.

Jaílson Galvão - Diretor-Presidente
Odilson Silva da Nóbrega - Diretor Técnico e Comercial
Taciana Danzi O. Amaral Alves - Diretora Administrativa e Financeira

QUEM SOMOS

A EMPRESA

Somos a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS, Sociedade de Economia mista, capital fechado, CNPJ: 00.371.600/0001-66, instalada à Rua Antônio Rabelo Júnior, 161 – Eco Business, 12º Andar - Miramar, João Pessoa – PB.

A PBGÁS teve sua criação autorizada pela Lei Estadual 5.680 de 17 de dezembro de 1992, e em 30 de dezembro de 1994, concretizou-se a formalização da concessão, através do contrato para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no território paraibano. As operações iniciaram em 1995, conforme a Lei nº 9.493/94.

Desde então a atuação da PBGÁS está pautada na ampliação da infraestrutura de distribuição, para prover as melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, cumprindo o papel de concessionário e atuando em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis para atender usuários dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial.

ONDE ESTAMOS

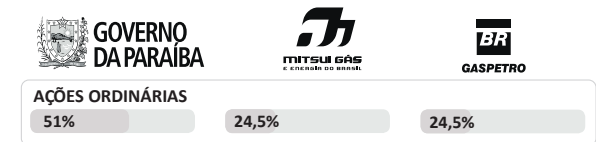
Em 2021 a rede de distribuição alcançou 352 km de extensão, crescimento de 6%, atendendo 11 municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS também atende em Gás Natural Comprimido - GNC, através do modal rodoviário, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.



- Atendidos por gasoduto
- Atendidos por modal rodoviário - GNC

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em sua formação, a empresa tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, bem como dos acionistas Petrobras Gás S/A – GASPETRO, controlada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.



GOVERNANÇA

A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, Auditoria Interna e Diretoria Executiva, que estabeleceu um conjunto de processos, políticas, regulamentos, que regem a maneira como da Companhia é dirigida, administrada e controlada e estão pautadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ADMINISTRAÇÃO 2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
- Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba);
- Raimundo Barretto Bastos – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGBE);
- Cesar dos Reis Rosa – Membro (Petrobras Gás S.A – GASPETRO); e
- Vitor Calazans Baroni – Membro (GASPETRO e MGBE).

DIRETORIA EXECUTIVA

- Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
- Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Diretora Administrativa e Financeira (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGBE); e
- Odilson Silva da Nóbrega - Diretor Técnico-Comercial (Petrobras Gás S.A - GASPETRO).

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

As atividades exercidas pela Companhia estão pautadas em sua Missão, Visão e Valores:

MISSÃO:
Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

VISÃO:
Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão.

VALORES:

ÉTICA
Agir com eficiência, responsabilidade, seriedade e transparência, respeitando os padrões legais e morais da sociedade.

CONFIANÇA
Acreditar que o ambiente de trabalho deve criar vínculos de respeito e confiança, trabalhando de forma colaborativa, visando à obtenção de resultados para todas as partes interessadas.

CUIDADO COM AS PESSOAS
Reconhecer e valorizar o mérito dos colaboradores que alcançam e superam os resultados planejados, estimulando o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

SEGURANÇA
Promover o gerenciamento de riscos, atuando na prevenção, preservação da saúde e integridade de sua força de trabalho e na proteção das pessoas.

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES
Atender o cliente com cortesia, qualidade técnica, regularidade, trazendo-lhes oportunidades de maior produtividade e eficiência energética.

NOSSOS NÚMEROS 2021

Comparando com o ano anterior, nosso sistema de distribuição de gás natural transportou mais 19,8% de gás natural, um total de 80.711.870 m³ (metros cúbicos), média de 221.128 m³/dia (metros cúbicos por dia), sendo 66,6% comercializados pelo segmento industrial, 28,8% pelo automotivo, 2,5% pelo comercial e 2,1% pelo residencial, atendendo 22.735 usuários.

SEGMENTO INDUSTRIAL

Na região João Pessoa, há 17 indústrias consumindo 51% do volume diário. Nas demais são 23 indústrias distribuídas entre os municípios de Conde, Campina Grande, Cabedelo, Ingá, Queimadas, Bayeux e Santa Rita, juntos consumindo 49% do gás industrial, uma média de consumo de aproximadamente 147,3 mil m³/dia, em um portfólio que atende processos fabris nas áreas: cerâmica, têxtil, calçados, alimentos, papel e celulose, mineração e metalurgia.

O segmento industrial apresentou crescimento de 21% em relação a 2020, ano em que as atividades industriais foram impactadas pela pandemia, com relação a 2022 existe a perspectiva de uma taxa de crescimento de 6,4% em função da recuperação da atividade econômica, principalmente influenciada pelas projeções da construção civil.

Um fator de destaque para 2021 foi a iniciativa do Governo do Estado da Paraíba, instituindo incentivo das atividades fabris. Através da redução da alíquota de ICMS do gás natural, a base de cálculo foi reduzida de 18% para 12%.

SEGMENTO AUTOMOTIVO

O segmento automotivo, por sua vez, com consumo médio de 63,7 mil m³/dia em 2021, está concentrado na Grande João Pessoa com 27 postos (sendo dois na cidade de Mamanguape), representando aproximadamente 79% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o gás natural veicular (sendo um em Queimadas), o volume comercializado é da ordem de 14% do total. Também existe um posto no município de Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 2% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos no interior do estado abastecidos por gás natural comprimido (GNC) transportado em carretas, que juntos representam 5% do volume comercializado no ano. Trata-se de um posto na cidade de Patos, há 175 km de Campina Grande, um posto na cidade de Remígio, há 40 km de Campina Grande, e outro na cidade de Guarabira, há 60 km de João Pessoa.

O automotivo em 2021 apresentou um crescimento de 17% em relação a 2020, principalmente motivado pela flexibilização das medidas de restrição de circulação em função da pandemia. Para 2022 a estimativa é de crescimento de 9,5% baseado nas perspectivas de recuperação das atividades econômicas.

SEGMENTOS RESIDENCIAL E COMERCIAL

O mercado de varejo abrange os segmentos residencial e comercial e encerrou 2021 com um volume total médio de 10,2 mil m³/dia, há potencial de crescimento e a meta é atingir cerca de 45.000 unidades consumidoras residenciais e 600 unidades comerciais até o final de 2026.

A meta de ligação para o ciclo 2021 para o segmento residencial foi superada em 25%, com a interligação de 2.513 unidades habitacionais, alcançando o total de 22.332 unidades atendidas no segmento comercial foram ligados 20 novos clientes, totalizando 326 UCA's (Unidades Comerciais Autônomas).

AMBIENTE LEGAL

O ambiente legal passou por alterações significativas em seu formato com a publicação do novo marco legal do gás natural, Lei 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento; tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

No contexto estadual foi promulgada a Lei 12.142, de 24 de novembro de 2021, que estabelece as normas relativas à exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no Estado da Paraíba, com destaque para o enquadramento do consumidor livre.

CHAMADA PÚBLICA

Para diversificar as fontes supridoras e buscar melhores condições mercadológicas para os usuários, foi realizada Chamada Pública para aquisição de Gás Natural, conforme dispõe o art. 2º, XI, da Lei 14.134, em conjunto com a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS estiveram as concessionárias, Gás Alagoas S.A. - ALGAS e Companhia de Gás da Bahia BAHIAGÁS. Sete dispatentes apresentaram propostas comerciais e o processo foi concluído com sucesso em dezembro de 2021, tendo a Potiguar E&P e a Petrobras assinado contratos até 2023 e 2025 respectivamente.

RECURSOS HUMANOS

CUIDADO DA EMPRESA COM AS PESSOAS

Com o retorno das atividades laborais ao formato presencial, a Companhia vem mantendo ao longo de 2021 todo o cuidado com a preservação da saúde dos empregados. E nesse sentido, destacamos a atuação do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê Covid-19, juntamente com o serviço médico do trabalho, cujo principal objetivo é difundir procedimentos de saúde e segurança no trabalho de forma rápida e atualizada, além de monitorar e orientar todos os empregados.

Também, pensando na saúde mental e física dos colaboradores, foram oferecidas palestras com os temas: Felicidade e Bem-estar no Ambiente de Trabalho, Ansiedade como Fator de Adoecimento, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Em 2021, a PBGÁS disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados e manteve investimento contínuo em cursos, palestras e outros treinamentos, priorizando a adoção da capacitação no formato remoto, em função da situação marcada pela crise da Covid-19.

Foram ofertados cursos de longa duração (Idiomas e Pós-Graduação), alinhados aos processos de trabalho dos beneficiados, bem como cursos sobre temas variados e importantes para o negócio e capacitação técnica dos empregados. Dentre os cursos oferecidos, destacamos: Curso de Aderência à Lei 13.303/2016; Curso sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho; Direcionamento Estratégico e Gestão de Riscos: As Armadilhas e o Vice-Versa; 2º Seminário Nacional de Estais; Formação de Assistente Contábil; CONARH Digital; Código Conduta e Integridade; Microsoft Windows Server 2016/2019 Acelerado; Projeto e Dimensionamento de Rede de Gás; Curso sobre revestimentos; Técnicas de Inspeção de Dutos Enterrados com vistas aos problemas de corrosão, às condições do revestimento anticorrosivos; Medição de Gás em Transferência de Custódia: Análise de Certificados de Calibração e Relatórios de Ensaio; Fundamentos da Incerteza de Medição de Gás Natural, Corrosão, Interferências Elétricas, Interferências Eletromagnéticas e Proteção Catódica de Tubulações de Aço Enterradas; Atmosfera Explosiva na Distribuição de Gás Canalizado; Introdução às intervenções na rede utilizando tecnologia hot tap e line stop; Introdução à Proteção Privacidade De Dados Pessoais; Adequação da Organização à Privacidade e Proteção e Dados Pessoais; Auditoria e Avaliação de Riscos de Privacidade e Proteção de Dados; Impacto da LGPD na Gestão de Recursos Humanos; Segurança da informação e Privacidade de Dados Pessoais; Medidas de Mitigação de Risco da LGPD na Gestão de Recursos Humanos; Curso de Direção Defensiva; NR 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento; NR 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis; NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; e NR 35 - Trabalho em Altura.

Também foram oferecidas diversas palestras e lives, dentre as quais destacamos: Comunicação Interpessoal; A importância da Manutenção das Medidas de Prevenção em Tempos de Covid 19; Felicidade e Bem-estar no Ambiente de Trabalho; A importância da Vacinação para Covid-19; Gestão de Riscos Corporativos; Setembro Amarelo – Sua Saúde Importa; A Importância da Ergonomia no Trabalho; Outubro Rosa; Novembro Azul; e Ansiedade como Fator de Adoecimento.

BENEFÍCIOS

Como parte da política de benefícios e de acordo com o estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho, a PBGÁS oferece os seguintes benefícios a seus empregados: Plano de Assistência Médico-Hospitalar; Plano de Assistência Odontológica; Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral, Previdência Privada; Auxílio Idiomas; Auxílio Pós-Graduação; Auxílio Creche; Vale Refeição/ Alimentação; Vale Transporte; e Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência.

AVANÇOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A PBGÁS, juntamente com os empregados e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba – STIUPB manteve em 2021, negociação coletiva, com intuito de aprovar as regras de interesse das partes, e, como resultado da

negociação coletiva, foi assinado o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, referente às Cláusulas Econômicas, com vigência de 01/05/2021 a 30/04/2022.

Ainda em 2021, o Conselho de Administração – CAD, aprovou a Revisão 06 da Política de Participação nos Resultados (P DIREX 004/09 – Revisão 06) e a Revisão 04 da Política de Participação nos Lucros (P DIREX 012/12 – Revisão 04), além do Programa de Participação nos Lucros 2021 (PPL 2021) e do Programa de Participação nos Resultados 2021 (PPR 2021), assinados pela Comissão de PLR.

DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PREVENÇÕES

A Companhia adota diretrizes para segurança, meio-ambiente e saúde nos ambientes de suas atuações, com iniciativas para prevenção, em especial as relacionadas a COVID-19. A formação de um comitê multidisciplinar auxiliou a Administração na tomada de decisões e instalou procedimentos para mitigar o contágio no âmbito da sede e prestadores de serviço externo.

Visando segurança no ambiente de trabalho e a preservação da vida foram estabelecidos protocolos, que apresentaram eficácia e nenhum caso de transmissão ocorreu nas dependências da Companhia, as ações de prevenções e as vacinas foram fundamentais para o retorno das atividades presenciais. O índice de imunizados com duas doses alcançou 99% dos empregados.

Concluímos o ciclo 2021 sem afastamentos por acidentes com gravidade ou doenças ocupacionais registráveis de nossos empregados e terceirizados. Quanto a Taxa de Ocorrências Registráveis – TOR, computamos 2,7 ocorrências para um limite de 4,7; meta atingida, mostrando eficácia na gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

Retomamos ampla revisão do Sistema de Gestão de SMS para adequá-lo aos avanços normativos nos moldes das melhores práticas de segurança, elevando a qualidade e o desempenho em prevenção.

CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

INCENTIVO AO NÃO USO DE PAPEL
A PBGÁS adotou ações de para reduzir impactos no meio-ambiente incentivando a redução das impressões, implantando sistema computacional, onde tramitam os processos administrativos e demais documentos de comunicação oficiais, internos e externos.

Nas iniciativas de Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém e, junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado em Bayeux. Realiza também Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio ambiente, às pessoas e possibilitar respostas associadas com as necessidades socioeconômicas. No ano passado, a PBGÁS também aderiu ao Programa Nascente Viva, o qual busca revitalizar as nascentes do Rio Paraíba, com mudas nativas do Bioma Mata Atlântica.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A PBGÁS, para manter seus serviços de distribuição de gás canalizado com confiabilidade, realiza ações contínuas. Em 2021, os investimentos em Operação e Manutenção dos Ativos de distribuição foram 54% superior ao realizado em 2020, com foco na renovação, segurança, conformidade e melhoria das medições. Nesse contexto, em 2021 foi implementada solução de medição por telemetria para usuários do varejo industrial, consumo, pressão e temperatura, estão sendo monitoradas remotamente.

Para custeio foram destinados R\$ 7,8 milhões, R\$ 2 milhões acima se comparado ao realizado em 2020, a elevação do custo operacional deve-se, principalmente, ao projeto de melhoria de 94 km de faixa de domínio do gasoduto em trechos de rede rurais entre São Miguel de Taipu a Campina Grande.

Em busca da excelência operacional, superamos a meta de atendimento do Plano de Manutenção Anual em mais 11%, realizando 86% das ações planejadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A companhia reafirma o compromisso permanente em ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de Cidadania Corporativa prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações de preservação do meio-ambiente, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a Companhia e a sociedade.

A responsabilidade social esteve na pauta da PBGÁS com apoio aos projetos de incentivo ao esporte, a cultura e a gastronomia paraibana de uma forma contribuir com a mitigação dos impactos causados pela pandemia.

Observando os requisitos legais impostos pela legislação, a companhia participou das seguintes iniciativas:

CULTURA

FESTIVAL RESTAURANT WEEK
Considerado o maior festival de gastronomia do Brasil. O evento é realizado há 15 anos e envolve restaurantes locais de 12 estados e do Distrito Federal, envolvendo restaurantes locais. O evento também tem viés social importante, pois incentiva doação voluntária do cliente, para cada prato vendido, que é doado para a instituição Milagre do Sertão, criando uma verdadeira corrente de solidariedade. A PBGÁS patrocina para estimular a recuperação no setor gastronômico da paraibana.

FESTIVAL DE MÚSICA DA PARAÍBA
A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua quinta edição, o Festival mantém o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando artistas que estão surgindo no cenário musical.

FEST ARUANDA
Através da Lei Rouanet, a Companhia patrocinou o 16º “Fest Aruanda”, que é considerado um dos mais representativos festivais de cinema da região Nordeste.

ESPORTE

PROJETO “DANDO O GÁS PARA O ESPORTE”
A PBGÁS patrocinou, dentro do projeto “Dando o Gás para o Esporte”, as equipes de futsal sub-15 do Clube Campestre de Campina Grande. A instituição apoia a prática esportiva de jovens atletas em um projeto social que oferece a prática do futsal a mais de 40 crianças de baixa renda da rede pública de ensino de Campina Grande.

II CORRIDA DOS PARQUES
Ainda dentro do projeto “Dando o Gás para o Esporte”, a PBGÁS patrocinou a II Corrida dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento incentiva dois aspectos, saúde e meio-ambiente, além da corrida de 6 e 12 km há o plantio e distribuição de mudas de árvores.

METAS 2021

A PBGÁS alcançou resultados corporativos expressivos, considerando as consequências da pandemia Covid-19, apresentando desempenho acima do esperado na realização das metas corporativa, com base no Plano Orçamentário 2021-2025.

Para os volumes de venda, a meta prevista foi realizada próxima aos 100%, com um desvio de apenas 0,6% para baixo.

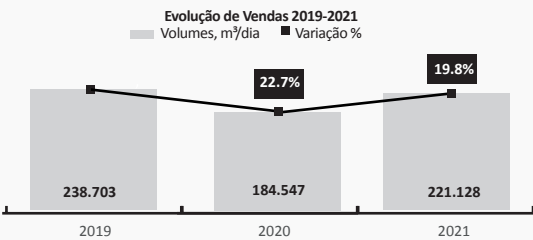
Nos investimentos, a meta foi superada em 2,3%, destacando-se a concentração em expansão e saturação da rede de distribuição, ampliando o acesso de novos usuários ao gás natural no Estado.

A margem de distribuição realizada superou em 108% a meta anual, enquanto o lucro operacional apurado no ano foi significativamente superior ao previsto 688,6%.

Metas	Aprovado	Realizado	% Realização
Volume (m³/dia)	222.435	221.128	99,4%
Investimento (R\$ mil)	8.929.678	9.137.742	102,3%
Lucro operacional (R\$ mil)	1.119.657	7.709.628	688,6%
Margem (R\$ mil)	37.043.138	39.990.601	108,0%

RESULTADOS

Em 2021, a Companhia comercializou 80.711.870 m³ de gás natural, uma média de 221.128 m³ diários, representando um crescimento de 19,8% do volume total comercializado em 2020, ano fortemente impactado pela crise da pandemia da COVID-19. Com esse crescimento a PBGÁS retornou ao patamar de vendas próximo ao nível pré-pandemia (2019), conforme demonstra o gráfico abaixo:



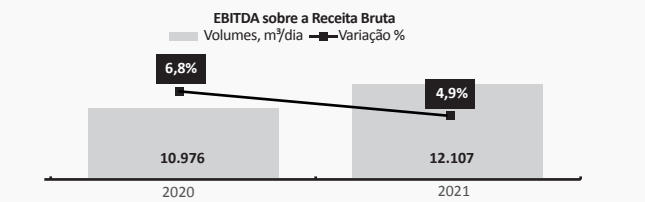
RECEITA BRUTA

A receita bruta alcançou o montante de R\$ 245,9 milhões em 2021, representando um crescimento de 53% em relação a 2020. Esse desempenho foi influenciado pelo aumento das vendas da Companhia devido a recuperação de mercado após o momento mais crítico da pandemia, mas, principalmente, pela pressão do preço do gás natural nas tarifas, tendo em vista a conjuntura de forte elevação do preço do petróleo, aliada à desvalorização do real frente ao dólar, que levaram a um reajuste da ordem de 40% no preço médio de aquisição do gás natural.

EBITDA

O EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, totalizou, em 2021, o montante de R\$ 12,1 milhões, significando um aumento na ordem de 10,31% em relação ao ano anterior (R\$ 10,9 milhões).

FLUXO DE CAIXA



Ao longo do ano, a Companhia manteve um saldo de caixa em patamar acima do previsto, encerrando 2021 com um caixa total da ordem de R\$ 44,9 milhões, com variação positiva de R\$ 4 milhões, demonstrando crescimento aproximado de 10% em relação a 2020.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 6,9 milhões em 2021, superando as expectativas previstas no plano orçamentário e representando crescimento de

240% em relação ao resultado do ano anterior. O desempenho foi reflexo da melhora da atividade, associada à performance do resultado financeiro, o aumento da taxa básica de juros da economia ao longo do ano elevou a receita com aplicações financeiras em renda fixa. A adoção do benefício fiscal de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) também contribuiu para o alcance do resultado financeiro em 2021.

PERSPECTIVAS 2022

INVESTIMENTOS E PRINCIPAIS PROJETOS

Para os próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 50,8 milhões, dos quais R\$ 40,5 milhões em rede de distribuição (expansão, saturação, segurança e melhoria). Para 2022, a previsão é de realização de investimento na ordem de R\$ 12,5 milhões, distribuídos conforme relacionados abaixo:

- EXPANSÃO 61%**
- Rede Residencial e Comercial João Pessoa e Campina Grande – R\$ 5,5 milhões.
 - Rede Mangabeira-Penha – R\$ 1,7 milhão
 - Rede Porto de Cabedelo (fase 1) – R\$ 303 mil
 - Rede Polo Turístico Cabo Branco (fase 1) – R\$ 150 mil.

- SATURÇÃO 12%**
- Ramais Residenciais e Comerciais, João Pessoa e Campina Grande – R\$ 1,2 milhão.
 - Ramais Industriais e Postos GNV – R\$ 300 mil.

- MELHORIA E SEGURANÇA 8%**
- Odorização, proteção catódica, cromatografia e outros serviços – R\$ 1,1 milhão

- GESTÃO 4%**
- Sistemas de gestão, softwares e hardwares – R\$ 507 mil.

- PESSOAL: 13%**
- Pessoal alocado em projetos de investimento – R\$ 1,6 milhão.

- OUTROS: 2%**
- Aquisição de unidade móvel de GNC – R\$ 200 mil;

- No período 2023 à 2026 são projetos relevantes:**
- Projeto Porto de Cabedelo (R\$ 7 milhões);
 - Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (12,9 milhões);
 - Continuidade da Rede Mangabeira-Penha e Polo Turístico Cabo Branco (R\$ 2,6 milhões);
 - Saturação Industrial (R\$ 326,5 mil);
 - Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (4,9 milhões);
 - Projetos de melhoria que contemplam materiais e equipamentos, odorização, proteção catódica, cromatografia e serviços (R\$ 2,5 milhões);
 - Projetos de gestão envolvendo sistemas, softwares e hardwares (R\$ 842,7 mil).

METAS CORPORATIVAS 2022

Metas corporativas estabelecem as entregas propostas aos acionistas para o ano de 2022 e constituem referência para toda Companhia, apresentadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração conforme preceitua o Art. 23 da Lei nº 13.303/2016.

Para Metas Corporativas 2022, foram definidos os seguintes parâmetros:

Metas Corporativas	Orçado 2021
Realizar o volume previsto no orçamento	236.727 m³/dia
Realizar os investimentos previstos no orçamento	R\$ 12.513.873
Realizar o resultado operacional - antes de impostos	R\$ 1.413.975
Realizar a margem bruta orçada	R\$ 43.542.505
Realizar OPEX anual a menor	R\$ 32.959.993

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de Reais							
Ativos Circulantes	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivos Circulantes	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.881	40.870	Fornecedores	10 e 19	22.980	14.372
Contas a receber de clientes	6	12.926	7.331	Empréstimos e Financiamentos	11	3.273	4.909
Contas a receber de clientes - Parte relacionada	6	34	-	Passivo de arrendamento	8	1.010	407
Estoques		2.548	2.144	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	12	2.188	1.743
Tributos a recuperar	7	1.226	1.496	Tributos a pagar	13	1.286	584
Despesas antecipadas		234	168	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	16
Outros ativos		107	86	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 e 19	3.027	397
Total dos ativos circulantes		61.956	52.095	Débitos nas operações de venda de gás	15	102	102
				Outros passivos		171	50
				Total dos passivos circulantes		34.037	22.580
Não Circulantes				Não Circulantes			
Depósitos judiciais		205	139	Empréstimos e Financiamentos	11	-	3.273
Tributos a recuperar	7	-	56	Passivo de arrendamento	8	-	836
Outros ativos		993	993	Débitos nas operações de venda de gás	15	1	-
				Servidões de passagem	16	1.197	1.197
Direito de Uso Arrendamento	8	880	1.051	Provisão para Contingências	17	1.174	1.165
Intangível	9	42.611	41.621	Outros passivos		55	123
Total dos ativos não circulantes		44.689	43.860	Total dos passivos não circulantes		2.427	6.594
				Patrimônio Líquido	18		
				Capital social		58.028	57.714
				Reserva de lucro		8.618	7.874
				Reserva Especial		1.193	1.193
				Dividendos Adicionais Propostos		2.343	-
				Total do patrimônio líquido		70.182	66.781
Total dos ativos		106.645	95.955	Total do passivo e patrimônio líquido		106.645	95.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais									
			Reserva de lucros						
			Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Incentivos Fiscais	Reserva especial		
Saldo em 01 de janeiro de 2020			57.458	6.860	-	256	-	600	-
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	18	256	-	-	-	(256)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados			-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva para Contingência			-	-	-	-	-	(600)	-
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	2.004	2.004
Destinações do Lucro Líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal			-	100	-	-	-	(100)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal			-	-	-	314	-	(314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 0,24/ação)	14		-	-	-	-	-	(397)	(397)
Reserva Especial	14		-	-	-	-	1.193	(1.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020			57.714	6.960	600	314	1.193	-	66.781
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	18	314	-	-	-	(314)	-	-	-
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	6.859	6.859
Destinação do Lucro Líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal			-	343	-	-	-	(343)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal			-	-	-	715	-	(715)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,42/ ação)	14		-	-	-	-	2.343	(2.343)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 2,09/ação)	14		-	-	-	-	-	(3.458)	(3.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2021			58.028	7.303	600	715	1.193	2.343	70.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS			Em milhares de reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas	256.407	164.769		
Vendas de produtos e serviços	255.037	164.451		
Outras receitas	1.370	318		
Insumos adquiridos de terceiros	(156.229)	(94.992)		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(149.872)	(87.414)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.357)	(7.578)		
Valor adicionado bruto	100.179	69.777		
Amortização	(6.628)	(6.445)		
Depreciação	(436)	(406)		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	93.115	62.926		
Valor adicionado recebido em transferência	2.114	992		
Receitas financeiras	2.114	992		
Valor adicionado total a distribuir	95.229	63.918		
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	14.585	13.703		
Remuneração direta	10.743	9.694		
Benefícios	3.116	3.148		
FGTS	727	861		
Impostos, taxas e contribuições:	72.670	47.395		
Federais	25.985	17.517		
Estaduais	46.653	29.845		
Municipais	31	33		
Remuneração de capitais de terceiros:	1.115	816		
Juros	559	335		
Aluguéis	556	481		
Remuneração de capitais próprios:	6.859	2.004		
Juros sobre capital próprio	3.457	-		
Dividendos	-	397		
Lucros retidos	3.402	1.607		
Valor adicionado distribuído	95.229	63.918		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				Em milhares de reais	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020		
Receita líquida - Venda de Gás	20	176.540	115.706		
Receita de Construção (ICPC 01)	20	9.138	4.066		
		185.678	119.772		
Custo dos produtos vendidos	21	(150.223)	(92.120)		
Custo de Construção (ICPC 01)	21	(9.138)	(4.066)		
		(159.361)	(96.186)		
Lucro bruto		26.317	23.586		
Receitas (Despesas) operacionais		(20.404)	(21.710)		
Despesas comerciais	22	(3.400)	(3.017)		
Despesas gerais e administrativas	23	(17.873)	(16.445)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	869	(2.248)		
Lucro antes do resultado financeiro		5.913	1.876		
Receitas financeiras	25	2.114	992		
Despesas financeiras	25	(559)	(335)		
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		7.468	2.533		
Imposto de renda	26	(239)	(293)		
Contribuição social	26	(370)	(236)		
Lucro líquido do exercício		6.859	2.004		
Lucro básico e diluído por ação	27	4,15	1,22		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			- Em milhares de Reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultados abrangente total do exercício	6.859	2.004		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			Em milhares de reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício				
Amortização/Depreciação	6.380	7.152		
Reversão contingência civil e tributária	-	(7)		
Atualização líquida de top recuperável	16	(17)		
Perda no recebimento de crédito	28	52		
Atualização empréstimo	448	182		
	13.732	9.366		
(Aumento) Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(5.629)	2.408		
Estoques	(404)	(149)		
Tributos a recuperar	270	143		
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	-	127		
Despesas antecipadas	(66)	14		
Outros ativos	(21)	(14)		
Realizáveis a longo prazo	10	43		
Aumento (Redução) nos ativos operacionais				
Fornecedores	8.608	4.038		
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	445	(65)		
Tributos a pagar	702	(120)		
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	(16)	16		
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	-	79		
Outos passivos	121	(195)		
Outros não circulante	(60)	44		
Caixa proveniente das operações	17.693	15.735		
Juros pagos empréstimo	(448)	(182)		
Juros Arrendamento	(104)	(139)		
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	17.104	15.414		
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(7.450)	(4.100)		
Baixa intangível	142	-		
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(7.309)	(4.100)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(397)	-		
Juros capital próprio pagos	-	(3.130)		
Pagamento de arrendamento	(514)	(406)		
Captação de empréstimos	-	9.000		
Pagamentos de empréstimo (principal)	(4.909)	(818)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(5.820)	4.646		
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.011	15.960		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.870	24.910		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	44.881	40.870		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. Impactos da Covid-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) no ano de 2020 causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Durante o ano de 2021, mudanças relevantes foram vivenciadas, no que concerne a campanha de vacinação em massa da população mundial e seu impacto constante, na redução do número de interações nas UTIs e do número de mortes. A economia de forma gradativa foi sendo retomada ao longo do ano, apresentando resultado favorável para a Companhia, apesar de todas as adversidades ainda enfrentadas.

A Administração da PBGÁS, por meio do Comitê para Monitoramento

A Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

3 Base de preparação

3.1.Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão presentes na nota explicativa nº 4.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Arrendamento;
- Nota 6 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 9 - Intangível; e
- Nota 17 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia, se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

Esses ativos possuem pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº6b.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

A operação de “take-or-pay” corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre esta operação quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

e) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2021		31/12/2020		Categoria CPC48/IAS 9	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.881	44.881	40.870	40.870	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	6	<u>12.960</u>	<u>12.960</u>	<u>7.331</u>	<u>7.331</u>	Custo amortizado
		<u>57.841</u>	<u>57.841</u>	<u>48.201</u>	<u>48.201</u>	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10	22.980	22.980	14.372	14.372	Custo amortizado
Gás Recebido						Valor justo
E Não Entregue (Take Or Pay)	15	103	103	102	102	por meio do resultado
		<u>23.083</u>	<u>23.083</u>	<u>14.474</u>	<u>14.474</u>	

4.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.3. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, o Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

4.4. Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma, não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

4.7. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 20.

4.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado no resultado quando a subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme nota explicativa nº 26 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE.

O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

4.10. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidênciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

c) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidênciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

4.11. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas à medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petróbrás de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

4.13. CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa - fundo fixo	13	13
Bancos – conta movimento	1.009	3.170
Aplicações financeiras	43.867	37.696
Valores em trânsito	<u>(8)</u>	<u>(9)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>44.881</u>	<u>40.870</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2021 girou em torno de 98,4% do CDI diário, em linha com o percentual de 2020 e conforme previsto no plano orçamentário da Cia, com “target” de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

6. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Segmento veicular	4.357	2.471
Segmento industrial	6.547	3.576
Segmento comercial	1.097	667
Segmento residencial	917	650
Segmento comercial – Parte relacionada	34	-
Subtotal	<u>12.952</u>	<u>7.364</u>
Penalidade Contratual	41	28
Contas a receber de clientes	<u>12.993</u>	<u>7.392</u>
Perda Esperada de Clientes (b)	(33)	(61)

Contas a receber clientes líquida	<u>12.960</u>	<u>7.331</u>
--	----------------------	---------------------

a. Por vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
1 a 30 dias	<u>12.741</u>	<u>6.771</u>
Vencidos		
31 a 60 dias	190	585
61 a 90 dias	1	1
Acima de 90 dias	<u>28</u>	<u>5</u>
	<u>219</u>	<u>591</u>
Contas a receber de clientes	<u>12.960</u>	<u>7.392</u>

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 33 (R\$ 61 em 31/12/2020).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como impairment dos seus ativos financeiros. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	368	114
PIS	12	5
COFINS	56	25
IRPJ Estimativa	436	1.241
CSLL Estimativa	267	-
Outros tributos a recuperar	87	86
ICMS	-	25
Total tributos a recuperar - Circulante	1.226	1.496

8. Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2021	31/12/2020	Passivo de arrendamento	31/12/2021	31/12/2020
Ativo direito de uso			Circulante		
Imóveis	2.129	1.864	Imóveis	1.069	499
(-) Amortização Acumulada	(1.249)	(813)	(-) AVP	(59)	(92)
	880	1.051		1.010	407
			Não Circulante		
			Imóveis	-	908
			(-) AVP	-	(72)
				-	836

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(922)	649	1.886	(1.092)	795
Hardware	3.401	(1.881)	1.520	3.794	(1.966)	1.827
Rede de Distribuição	142.233	(108.089)	34.145	133.816	(102.063)	31.753
Outros	3.473	(2.447)	1.026	3.730	(2.478)	1.252
Intangível em formação (*)	4.123	-	4.123	4.641	-	4.641
Intangível concessão	155.105	(113.338)	41.767	148.171	(107.599)	40.572
Direitos de uso de softwares	2.582	(1.738)	844	2.582	(1.533)	1.049
	157.687	(115.076)	42.611	150.753	(109.132)	41.621

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2021			31/12/2020		
Contratos de concessões		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Custo		148.171	6.934	155.106	144.252	3.919	148.171
Amortização	10	(107.599)	(5.739)	(113.338)	(101.243)	(6.356)	(107.599)
		40.572	1.195	41.767	43.009	(2.437)	40.572
Software e direito de uso							
Custo		2.582	-	2.582	1.851	731	2.582
Amortização	10	(1.533)	(206)	(1.739)	(1.144)	(389)	(1.533)
		1.049	(206)	843	707	342	1.049
Total do intagível		41.621	990	42.611	43.716	(2.095)	41.621

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 5.945 (R\$ 6.746 em 31/12/2020) e de despesa R\$ 805 (R\$ 986 em 31/12/2020). O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R\$ 7.450 (R\$ 4.100 em 31/12/2020)

10. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 19)	21.464	13.225
Fornecedores de materiais e serviços	1.516	1.147
	22.980	14.372

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

11. Empréstimos e Financiamentos

Em 31/08/2020, a Companhia contraiu empréstimo em linha de Capital de Giro no valor total de R\$ 9 milhões do Banco Santander Brasil S/A. O montante será amortizado em 24 (vinte e quatro) meses, com carência de 90 (noventa) dias, com início da liquidação em 30/11/2020 e última parcela em 29/08/2022. Esta operação tem taxa de juros prefixada em 4,3% ao ano acrescido de correção pelo índice CDI (certificados de depósito interbancários) – atualmente em 1,90% ao ano.

O total de juros pagos no exercício de 2021 foi de R\$ 448 (R\$ 182 em 31/12/2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento Santander	3.273	8.182
Juros Financiamento	53	305
Custo da transação amortizar	(53)	(305)
	3.273	8.182

Financiamento Circulante	3.273	4.909
Financiamento Não Circulante	-	3.273
	3.273	8.182

12. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	589	507
Participação lucros e resultados	241	-
Provisão para férias e encargos	1.358	1.236
	2.188	1.743

Em virtude da situação da Pandemia, o Governo Federal tomou medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (covid-19).

A Companhia utilizou da Medida Provisória 1.046/2021 em relação ao diferimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço conforme estabelece em seu art. 20, para recolhimento da contribuição em referência.

13. Tributos a Pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS a pagar	126	90
COFINS a pagar	585	418
INSS terceiros a pagar	70	30
IRRF a pagar	438	6
Outros tributos a pagar	67	40
	1.286	584

14. Dividendos Propostos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

De conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem aos 25% mínimos estabelecidos, estando o restante dos dividendos à disposição da AGO demonstrados em conta específica de dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Para os JSCP, estes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório em 2021, líquido de IRRF.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004
(-) Reserva legal	(343)	(100)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(715)	(314)
Lucro líquido a ser distribuído	5.800	1.590

Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	397
Dividendos Propostos	2.343	-
Reserva especial	-	1.193

JSCP	3.458	-
(-) IRRF JSCP	431	-
JSCP a pagar	3.027	-

Conforme 27ª AGO realizada em 20 de abril de 2021 foi aprovado o pagamento em 17/12/2021 dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de 397.

15. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2021	31/12/2020
Conpel – Cia Nordeste de Papel	102	102
Total circulante:	102	102

Conpel – Cia Nordeste de Papel	1	-
Total não circulante:	1	-

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação “pagamento a título de retirada mínima” quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGAS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural sem

A vigência dos contratos de arrendamento é de 5 anos com término em 2023. O montante pago no exercício de 2021 foi de R\$ 514. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

9. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(922)	649	1.886	(1.092)	795
Hardware	3.401	(1.881)	1.520	3.794	(1.966)	1.827
Rede de Distribuição	142.233	(108.089)	34.145	133.816	(102.063)	31.753
Outros	3.473	(2.447)	1.026	3.730	(2.478)	1.252
Intangível em formação (*)	4.123	-	4.123	4.641	-	4.641
Intangível concessão	155.105	(113.338)	41.767	148.171	(107.599)	40.572
Direitos de uso de softwares	2.582	(1.738)	844	2.582	(1.533)	1.049
	157.687	(115.076)	42.611	150.753	(109.132)	41.621

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2021			31/12/2020		
Contratos de concessões		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Custo		148.171	6.934	155.106	144.252	3.919	148.171
Amortização	10	(107.599)	(5.739)	(113.338)	(101.243)	(6.356)	(107.599)
		40.572	1.195	41.767	43.009	(2.437)	40.572
Software e direito de uso							
Custo		2.582	-	2.582	1.851	731	2.582
Amortização	10	(1.533)	(206)	(1.739)	(1.144)	(389)	(1.533)
		1.049	(206)	843	707	342	1.049
Total do intagível		41.621	990	42.611	43.716	(2.095)	41.621

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 5.945 (R\$ 6.746 em 31/12/2020) e de despesa R\$ 805 (R\$ 986 em 31/12/2020). O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R\$ 7.450 (R\$ 4.100 em 31/12/2020)

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 19)	21.464	13.225
Fornecedores de materiais e serviços	1.516	1.147
	22.980	14.372

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

16. Servidões de passagem

	31/12/2021	31/12/2020
Servidão de Passagem (a)	1.197	1.197
Total	1.197	1.197

(a) Servidão de passagem: Refere-se ao provisionamento de taxas ao DNIT realizado pela Companhia, conforme estimativa contratual.

17. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 1.174 (R\$ 1.165 em 31/12/2020), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	83	74
Cível	1.091	1.901
	1.174	1.165

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) **Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.091 (R\$ 1.091 em 31/12/2020). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
		1.091

(b) **Trabalhistas:** A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia permanece com a provisão no montante de R\$ 83 (R\$ 74 em 31/12/2020), considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	83
		83

Os processos trabalhistas considerados como possíveis têm como valor histórico o total de R\$2.914.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.165	1.164
Provisões efetuadas	9	8
Pagamentos e/ou reversão efetuados	-	(7)
	1.174	1.165

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2021
						R\$
Estado da Paraíba	280.902	51,0	-	-	280.902	9.864
Petrobras	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Gás S.A. - Gaspetro	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Total	550.782	100	1.101.566	100	1.652.348	58.028

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2020
						R\$
Estado da Paraíba	279.382	51,0	-	-	279.382	9.810
Petrobras	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Gás S.A. - Gaspetro	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Total	547.802	100	1.095.610	100	1.643.412	57.714

A 114ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 314, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 8.936 ações, sendo 2.980 ordinárias e 5.956 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Em 18 de dezembro de 2020 foi realizada a 105ª Assembleia Geral Extraordinária na qual aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 155, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda do ano de 2019 (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 4.431 ações, sendo 1.475 ações ordinárias e 2.956 ações preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGAS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de Para a PBGAS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

19. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo								
Circulante								
Contas a receber de Clientes (*)	-	-	-	-	-	-	34	-
Passivo								
Circulante								
Fornecedor	21.464	13.255	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	1.220	165	1.220	165	587	67
Resultado								
Compra de gás natural (*)	136.143	81.011	-	-	-	-	-	-
Reembolso Acionista	-	-	52	361	387	385	-	-

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Encargo de Capacidade: consiste na remuneração mínima mensal devida ao supridor, Petróbras, quando da retirada do gás for inferior a 100% da QDC, apurado mensalmente. Este encargo consiste exclusivamente pelos valores fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizado à Companhia;

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

25. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	1.626	705
Juros/multas - Clientes	466	212
Outras receitas financeiras	22	75
	<u>2.114</u>	<u>992</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(449)	(182)
Descontos concedidos	-	(8)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(104)	(139)
Outras despesas financeiras	(6)	(6)
	<u>(559)</u>	<u>(335)</u>

26. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.468	7.468	2.533	2.533
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	67	67	55	55
Provisões não dedutíveis	31	31	36	36
Reversão provisões	(49)	(49)	(7)	(7)
Reversão JSCP	(3.458)	(3.458)	-	-
(+/-). Outros	57	57	(5)	(5)
Total	4.116	4.116	2.612	2.612
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.004)	(370)	(628)	(236)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	24	-	15	-
(+/-). Outros	25	-	6	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(955)	(370)	(606)	(236)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	716	-	314	-
Imposto de renda e contribuição social	(239)	(370)	(293)	(26)
Alíquota efetiva do IR e CSLL	5,81%	9%	11,26%	9%

27. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.859	2.004
Total de ações ordinárias e preferenciais	<u>1.652</u>	<u>1.643</u>
Lucro/ação (R\$/mil)	4,15	1,22

28. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) Acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.100 (R\$ 1.054 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2021 e vigências até 2022, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
D&O Práticas Trabalhistas	5.000
D&O RC Profissional	5.000
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio – Instalações - Escritórios	8.050
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	<u>11.726</u>
Total Segurado	43.276

30. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGAS.

b) Risco de taxas de juros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

ecorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações

31. Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 09 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Financeiras, quando requeridos

Jailson José Galvão
Diretor Presidente

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretora Administrativa Financeira

Odilson Silva da Nóbrega
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS
Rua Antonio Rabelo Junior no 161 - Bairro Miramar - CEP. 58.032-090

João Pessoa – Paraíba - Telefone: (83) 32191700 32191766
CNPJ(MF) 00.371.600/0001-66 - Site: www.pbgas.com.br

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa no 2 que passamos a transcrever: “A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) no ano de 2020 causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Durante o ano de 2021, mudanças relevantes foram vivenciadas, no que concerne a campanha de vacinação em massa da população mundial e seu impacto constante, na redução do número de internações nas UTI’s e do número de mortes. A economia de forma gradativa foi sendo retomada ao longo do ano, apresentando resultado favorável para a Companhia, apesar de todas as adversidades ainda enfrentadas.

A Administração da PBGÁS, por meio do Comitê para Monitoramento e Orientação de Conduta sobre o Coronavírus, continua com os cuidados necessários através das normas emitidas, com o intuito de garantir o cumprimento das medidas de controle e disseminação da doença na Companhia, minimizando assim os impactos nas diversas áreas organizacionais.

Algumas das medidas adotadas pelo comitê em 2021 foram: a adoção do regime de trabalho no formato híbrido (presencial + teletrabalho), a permanência do teletrabalho para aqueles com comorbidades, higienização constante da sede, reuniões por videoconferência, acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio do médico do trabalho, preservação das condições financeiras adequadas para enfrentar a crise, dentre outras.

O mercado de consumo da PBGÁS durante o ano de 2021 retomou praticamente suas atividades nos níveis normais, refletindo nas vendas e por consequência resultado para a Companhia. A Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.”

4) Outros Assuntos

4.1. Relatório de Administração

A administração da PBGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório emitido em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da PBGAS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PBGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

João Pessoa/PB 15 de fevereiro de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S” PB

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PB
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PB

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PB

64ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

No dia 23 de março de 2022, realizou-se, através de videoconferência, em conformidade com o art. 25, §3º, do Estatuto Social e com o Decreto Estadual nº 40.304/2020, a 64ª Reunião do Conselho Fiscal da PBGAS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2021 , bem como a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2021 (Propostas DIREX nºs 529/2022 e 531/2022). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 15 de fevereiro de 2022, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à Proposta DIREX nº 530/2022, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 250ª Reunião, realizada em 23.03.2022, às 15:00 horas, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício 2021, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2021 R\$
Lucro Líquido do exercício	6.858.891,21
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(342.944,56)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	<u>(715.522,61)</u>
Lucro à disposição dos Acionistas	5.800.424,04

João Pessoa, 23 de março de 2022.

ALYNE VALENTIM MUNIZ
ANDRÉ QUIRINO PAIVA
JULIANA MEDEIROS DE CASTROS PASSOS
PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
RODOLFO EMANUEL LIMA SERRANO